

RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL
JANEIRO a DEZEMBRO/2020



Sumário

I. Introdução	3
II. Acompanhamento da Regularidade da Certificação, Habilitação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS	4
III. Base Cadastral	7
IV. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.....	7
V. Rentabilidade dos Investimentos	8
A. Plano BD ELETROBRÁS – Recursos garantidores de R\$ 2,24 bilhões:	10
B. CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 418 milhões:	11
C. CD ELETROBRÁS PURO – Recursos garantidores de R\$ 1,74 bilhão:	12
D. CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 753 milhões:	13
E. CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 118 milhões:	13
F. PGA – saldo de R\$112,5 milhões:	14
VI. Custos com a Administração dos Investimentos	16
VII. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais.....	21
Plano BD ELETROBRÁS - Patrimônio de Cobertura x Passivo Actuarial	22
VIII. Maturidade e Solvência dos Planos.....	24
IX. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária	24
x. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade.....	27
XII. Denúncias relacionadas a Entidade.....	33
a. Canal de Denúncias da Entidade	33
b. Outras	33
XIII. Revisão do Equacionamento do Déficit do Plano BD 2010/2011.....	33
XIV. Documentos de Referência (Analisados) no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020:	34
XV. Manifestação do CFE.....	34
XVI. Glossário de Termos:.....	36
XVII. Assinaturas	37



I. Introdução

A Resolução nº13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar – EFPC.

Neste contexto, o artigo 19 da Resolução nº 13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, dispõe:

"Da Manifestação do Conselho Fiscal

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem, no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Parágrafo único. As conclusões, recomendações, análises e manifestações referidas nos incisos I, II e III do caput deste artigo:

I - devem ser levadas em tempo hábil ao conhecimento do conselho deliberativo da EFPC, a quem caberá decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas; (resultados das auditorias necessitam ser apresentados conforme essa determinação)

II - devem permanecer na EFPC, à disposição da Secretaria de Previdência Complementar, pelo prazo mínimo de cinco anos."

Desta forma, observadas as premissas expressas no artigo 19 da Resolução nº13 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), de 01 de outubro de 2004, o Conselho Fiscal da Eletros apresenta os resultados pertinentes exercício findo em 31 de dezembro de 2020 considerando as ações emanadas e sugeridas por esse CFE, as quais foram discutidas, analisadas e apresentadas nas reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas durante o ano de 2020.

É salutar, destacar que a partir de 01.03.2021, a ELETROS passou a contar com nova Estrutura Organizacional, sem prejuízo no apoio e suporte das unidades organizacionais no fornecimento de informações necessárias à elaboração da presente manifestação por este colegiado. Dessa forma cumpre destacar que o Conselho Fiscal da Eletros contou com o apoio e suporte das áreas internas da Eletros, quais sejam: Gerência Administrativa (PRA), Gerência de Gestão de Riscos (PRG), Gerência Jurídica e de Governança (PRJ), Gerência Atuarial (DBA), Gerência de Controladoria (DFC), Auditoria Interna (AUD) e Gerência de Investimento (DFI).



Portanto de forma a atender aos requisitos, obrigações e responsabilidades estatutárias e legais, baseados em ampla e detida análise de documentação disponibilizada pela ELETROS, bem como de esclarecimentos exigidos e apresentados pelas áreas pertinentes e, também, seus administradores, o Conselho Fiscal da ELETROS – CFE, no cumprimento de suas atribuições, apresenta a sua manifestação referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

II. Acompanhamento da Regularidade da Certificação, Habilitação e Qualificação para o Exercício de Cargos ou Funções na ELETROS

A pontuação dos Conselheiros, Diretores e empregados que integram o CGC é acompanhada periodicamente dentro dos prazos e quando necessária complementação da pontuação são indicados e providenciadas inscrições em cursos e eventos para manutenção da certificação, bem como para enriquecer a qualificação deles.

No acompanhamento realizado pelo Conselho Fiscal da ELETROS ao longo do período (2020), com base nas informações disponibilizadas pela Gestão de Pessoal e Administração – GPA observa-se que todos os membros da Diretoria Executiva e integrantes dos Comitês de Gestão de Carteiras – CGC e do Comitê Executivo de Investimentos – CEI (sendo este último composto por todos membros da Diretoria Executiva) são certificados e estão com os certificados válidos. O CGC é um Comitê de assessoramento da Diretoria Financeira, responsável por analisar, recomendar e submeter para decisão do CEI, na esfera de sua competência e alçada, as matérias relacionadas à gestão, controle e monitoramento dos investimentos.

Os certificados válidos constam do arquivo da Gerência Administrativa – PRA e são compartilhados com as áreas responsáveis pelo assessoramento aos Conselhos, no âmbito de suas atividades.

Os novos Conselheiros que foram habilitados para seus cargos em 01/12/2020 e 19/12/2020, têm o prazo de até um ano para se certificar, de acordo com a Legislação. A ELETROS os informou a esse respeito e as orientações são dadas, visando à certificação tempestiva. A ELETROS se responsabiliza pela cobertura da inscrição no processo de certificação, assim como o acompanhamento das respectivas certificações.

Todos os membros dos Órgãos Estatutários da ELETROS, de acordo com o previsto na legislação atinente, CNPC 39 (30/03/2021), somente são investidos em seus cargos mediante a habilitação. Como a ELETROS não é ESI – Entidade Sistemicamente Importante, a referida legislação prevê que os Conselheiros são habilitados pelo Presidente da entidade, mediante a análise documental criteriosa feita de forma embasada na legislação e, em conjunto com a – Secretaria de Governança do Conselho Deliberativo e Gerência Jurídica e de Governança.

O Presidente e os Diretores (dirigentes) da Eletros, são habilitados pela PREVIC, conforme Atestados de Habilitação anexados às respectivas Atas de Nomeação registradas junto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com a legislação, o Diretor Financeiro deve ser previamente certificado em certificação específica de investimentos, o que foi observado dentro do processo eleitoral respectivo.



POSIÇÃO 31/12/2020							
NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	DATA DA CERTIFICAÇÃO	CERTIFICAÇÃO VIGENTE E VÁLIDA	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	REGRA PEC
Pedro Paulo da Cunha	Presidente	ICSS	03/08/20	03/08/23	13/11/19	22/09/22	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Carlos Eduardo Brasil Pereira	Diretor de Benefícios Previdenciários	ICSS	30/11/19	30/11/22	13/01/20	12/01/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Max Leandro Ferreira Tavares	Diretor Financeiro	ICSS	01/01/20	01/01/23	21/01/20	20/01/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Jack Nottingham Steiner	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	18/11/19	18/11/22	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Homero Gonçalves de Andrade	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	27/11/20	27/11/23	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
José Luiz Miglievich Grunewald Leduc	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Capacitação)	26/09/19	26/09/22	06/09/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Rodrigo Dias Ramires	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS (Capacitação)	20/08/20	20/08/23	01/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Ailton Andrade	Presidente Conselho Fiscal Efetivo	ICSS	01/10/20	01/10/23	29/08/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Dan Abensur Gandelman	Conselheiro Fiscal Efetivo	CPA-20 AMBIMA	28/10/20	28/10/23	29/08/19	30/06/23	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso de atualização e ser aprovado.
João Vicente Amato Torres	Conselheiro Fiscal Efetivo	ICSS	22/12/20	22/12/23	05/12/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Alessandra Lemos de Souza	Conselheira Fiscal Efetiva	ICSS	18/11/19	18/11/21	01/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Elizabeth Miliante Ribeiro	Conselheira Fiscal Efetiva	ICSS	31/01/19	31/01/22	19/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Arthur Michilini Silva (**)	Gerente	CPA-20 AMBIMA	17/10/18	17/10/21	-	-	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso de atualização e ser aprovado.
Felipe Correa Teixeira (**)	Analista de investimento	CPA-20 AMBIMA	18/11/20	18/11/23	-	-	6 meses antes de vencer, deverá fazer o curso de atualização e ser aprovado.
Luiz Guilherme F. N. Pinto (**)	Gerente	ICSS	18/12/19	18/12/22	-	-	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Marcelo Gouveia (**)	Especialista	APIMEC	20/04/17	20/04/22	-	-	Os créditos devem ser acumulados durante 5 anos, sendo que pelo menos 50% dos créditos devem ocorrer nos últimos 2 anos.
(*) Certificados após 31/12/2020							
Jailson José Medeiros Alves (*)	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	27/03/21	27/03/24	01/10/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Thadeu Figueiredo Rocha (*)	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	07/04/21	07/04/24	01/11/19	30/06/23	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Márcio Kennedy de Almeida (*)	Conselheiro Deliberativo Efetivo	ICSS	15/06/21	15/06/24	01/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
Gustavo Botrel Coutinho de Melo (*)	Conselheiro Deliberativo Suplente	ICSS	27/02/21	27/02/24	01/12/20	30/11/24	Mínimo de 24 pontos por ano e 72 pontos ao final de 3 anos.
(**) Profissionais integravam a área de Gestão de Investimentos e/ou participavam do CGC.							



Cabe destacar que os novos Conselheiros têm um prazo limite de até 1 ano do início do mandato para certificação, de acordo com a legislação pertinente, entretanto, em decorrência da pandemia da COVID-19 o prazo foi prorrogado pela Instrução Previc n° 28, de 19/05/2020, publicada em 20/05/2020, em função do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 06, de 20/03/2020, conforme transcrito a seguir:

"Art. 1º Ficam prorrogados por noventa dias após o término da vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020:

I - o prazo para apresentação dos certificados emitidos por instituição autônoma certificadora que tiverem a validade expirada no período de vigência do estado de calamidade pública; e

II - o prazo de obtenção da certificação das pessoas relacionadas nos incisos I, II e III de que trata o §1º do artigo 5º da Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015.

Parágrafo único. O disposto no inciso II deste artigo não se aplica ao AETQ e demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, para os quais são exigidos certificação prévia ao exercício dos respectivos cargos."

Posteriormente, a PREVIC publicou a Instrução n° 38 em 24/03/2021 prorrogando o prazo para 31/07/2021 para apresentação e obtenção de certificado emitido por instituição autônoma certificadora.

A seguir apresentamos o quadro com os Conselheiros que ainda não possuem certificação profissional e o prazo limite para obtenção:

NOME	FUNÇÃO	ÓRGÃO CERTIFICADOR	MANDATO INÍCIO	MANDATO FIM	PRAZO LIMITE CERTIFICAÇÃO
Luiz Carlos de Oliveira Costa	Conselheiro Deliberativo Efetivo	NÃO TEM	01/12/20	30/11/24	01/12/21
Gilmara Estela Leite Couto	Conselheira Deliberativo Suplente	NÃO TEM	01/12/20	30/11/24	01/12/21
Álvaro Pintos Fonseca Neto	Conselheiro Deliberativo Suplente	NÃO TEM	01/12/20	30/11/24	01/12/21
William Manoel de Souza	Conselheiro Fiscal Suplente	NÃO TEM	01/12/20	30/11/24	01/12/21
Roberto Lopes de Mello	Conselheiro Fiscal Suplente	NÃO TEM	19/12/20	30/11/24	19/12/21



III. Base Cadastral

A ELETROS encerrou 2020 com 5.129 participantes, um decréscimo de 399 pessoas em relação a 2019. Tal fato decorreu basicamente por conta da transferência de gerenciamento do plano CD CERON para a entidade ENERGISAPREV, que ocorreu em dezembro de 2019.

Planos	Ativos (1) (2)	Assistidos(3)	Pensões(4)	Autopatrocinador	BPD	TOTAL
BD Eletrobras	108	1294	408	1	14	1825
CD Eletrobras	944	604	39	42	82	1711
CV ONS	835	214	25	69	122	1265
EPE	261	20	3	14	30	328
Total	2148	2132	1712	126	248	5562

(1) Incluídos 37 "Desligados"

(2) Pensão oriunda de ativo CD Eletrobrás concedida em janeiro, sendo retroativa a dezembro

(3) Participantes falecidos em status de "aguardando pensão" foram considerados como aposentados

(4) Nº de grupos de pensões

Referência: Relatório Anual de Informações do exercício de 2020

IV. Aderência e Enquadramento na Execução da Política de Investimento.

Em 13/12/2019, na 390ª reunião, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da ELETROS a Política de Investimento 2020-2024.

Cabe registrar que a Política tem como objetivo estabelecer diretrizes e medidas a serem observadas por todas as pessoas, internas ou externas à Entidade, bem como dar transparência aos patrocinadores, participantes e assistidos em relação aos principais aspectos relacionados à gestão dos investimentos e riscos.

Compete ao Conselho Fiscal, dentre outras responsabilidades, verificar que a aplicação dos recursos está sendo executada de acordo com os objetivos planejados e correspondem as necessidades do plano.

No que diz respeito à aderência da alocação à política de investimentos referente ao período de janeiro a dezembro de 2020, considerando as informações disponibilizadas para o CFE, constata-se que a ELETROS vem mantendo a gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios por ela administrados em conformidade com as diretrizes da Política de Investimento vigente, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Segmentos	Plano BD Eletrobrás		Plano CD Puro		Plano CD Saldado	
	PI	dez-20	PI	dez-20	PI	dez-20
Renda Fixa	29,00% a 92,00%	55,77%	31,00% a 88,00%	68,40%	35,00% a 93,00%	53,12%
Renda Variável	5,00% a 35,00%	29,46%	10,00% a 40,00%	23,71%	5,00% a 35,00%	33,07%
Estruturados	0,00% a 10,00%	1,66%	0,00% a 10,00%	1,03%	0,00% a 10,00%	3,76%
Imóveis	0,00% a 13,00%	8,90%	0,00% a 6,00%	3,09%	0,00% a 7,00%	5,16%
Empréstimos	3,00% a 8,00%	3,54%	2,00% a 8,00%	2,07%	2,00% a 8,00%	2,93%
Exterior	0,00% a 5,00%	0,67%	0,00% a 5,00%	1,69%	0,00% a 5,00%	1,95%



Segmentos	Plano CV ONS		Plano EPE		Plano PGA	
	PI	dez-20	PI	dez-20	PI	dez-20
Renda Fixa	32,00% a 88,00%	68,76%	32,00% a 88,00%	67,26%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	10,00% a 40,00%	26,37%	10,00% a 40,00%	27,70%	---	---
Estruturados	0,00% a 10,00%	1,39%	0,00% a 10,00%	1,37%	---	---
Imóveis	0,00% a 5,00%	---	0,00% a 5,00%	0,00%	---	---
Empréstimos	2,00% a 8,00%	1,80%	2,00% a 8,00%	1,83%	---	---
Exterior	0,00% a 5,00%	1,68%	0,00% a 5,00%	1,83%	---	---

Fonte: Eletros

Diante dos resultados apresentados, constata-se que todos os limites (inferiores e superiores) da Política de Investimentos, de todas as categorias de investimentos em todos os planos, foram respeitados no ano de 2020.

Referencias:

Política de Investimento de 2020 - aprovada pelo Conselho Deliberativo da ELETROS na 390ª Reunião, realizada em 13/12/2019;

Documentos complementares disponibilizados pela ELETROS ao CFE ao longo do período e para esse Relatório de Manifestação, e também os relacionados no item "Documentos de Referência".

V. Rentabilidade dos Investimentos

Durante o ano de 2020, o Conselho Fiscal, em suas reuniões ordinárias e extraordinárias, analisou e discutiu internamente e junto a Direção da ELETROS, os resultados de rentabilidade dos investimentos, de cada plano de benefícios administrados pela ELETROS.

De forma frequente as equipes da ELETROS e/ou empresas de auditoria independentes, contratadas, elaboram documentos sobre rentabilidade dos ativos administrados pela ELETROS. Os documentos produzidos são compilados e analisados pelo Conselho Fiscal e permitem que se comprovem os rendimentos alcançados por plano de benefício e por perfil de investimento bem como questões relativas a aspectos que impactam nos rendimentos realizados, como aspectos dos cenários nacional e internacional.

Os resultados médios alcançados no ano de 2020, foram fortemente impactados pelas consequências econômicas advindas da pandemia do COVID-19, quando em meados de março/2020 toda a atividade econômica e, conseqüentemente, os investimentos, sofreram severas perdas, em escala mundial.

A respeito dos reflexos da pandemia da COVID-19 sobre os ativos é importante destacar a Nota Explicativa 18 que consta das "Demonstrações Contábeis da Eletros 2020" elaborada pela KPMG, aprovado pelo Conselho Fiscal e Deliberativo em 26 de março de 2021, que declarou:

"18 Efeitos da pandemia causada pelo Coronavírus na ELETROS

Em 2020, a ELETROS tomou as medidas preventivas e mitigatórias em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia da COVID-19. Os impactos operacionais devido às medidas



restritivas implementadas pelos governos federal, estadual e municipal foram mitigados, sem prejuízo aos participantes.

Em relação aos investimentos, enquanto o impacto do Covid-19 sobre os preços dos ativos, principalmente de renda variável, foi, até o mês de março de 2020, significativamente negativo; a partir de abril, ocorreu uma significativa reversão nos preços dos ativos, fazendo com que nossos Planos Previdenciários terminassem 2020 apresentando rentabilidades positivas.

Para tanto, estrategicamente, no momento da desvalorização dos ativos no mercado brasileiro, elevamos a exposição em ações nos nossos Planos Previdenciários e, especificamente nos nossos Planos CD e CV, compramos Notas do Tesouro Nacional indexadas ao IPCA (NTN-B) com vencimentos em 2050, com taxas atrativas.

Uma vez a estratégia adotada nos nossos investimentos, e a recuperação do preço dos ativos a partir do segundo trimestre, o Plano BD Eletrobrás apresentou uma rentabilidade acima da meta atuarial, e os nossos outros Planos Previdenciários apresentaram rentabilidades positivas no ano de 2020...

Assim, com a exceção do Plano BD Eletrobrás, os resultados de 2020 foram inferiores aos previstos, para todos os planos de benefícios, dada a notória influência da pandemia da COVID-19 em relação aos investimentos, em escala global, conforme dados da tabela a seguir. Por outro lado, todos os resultados foram positivos e, como poderá ser observado no decorrer desse relatório, também ficaram acima da média da indústria dos Fundos de Pensão.

Plano	Prevista*	Realizada	Meta Atuarial ou Índice de Referência**
BD Eletrobrás	8,40%	12,91%	10,49%
CD Eletrobrás Puro	7,73%	6,71%	10,49%
CD Eletrobrás Saldado	8,45%	4,92%	10,49%
CV ONS	8,14%	6,12%	10,49%
EPE	8,24%	6,07%	10,49%
PGA	4,94%	4,78%	2,75%

* Estimativa de INPC em 3,50 menor que o INPC realizado de 5,45.

** INPC + 4,80

Fonte: RAI – Relatório Anual de Informações – Eletros/2020. Os resultados médios apresentados na tabela acima representam os valores percentuais previstos e realizados, para o conjunto de ativos de investimentos, de cada plano de benefício e nas tabelas a seguir são apresentados os resultados em valores absolutos obtidos e os respectivos esclarecimentos, para cada plano de benefício. Destaca-se a variação do INPC em 2020 que foi muito superior à prevista na Política de Investimentos para o respectivo ano.



A. Plano BD ELETROBRÁS – Recursos garantidores de R\$ 2,24 bilhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2020 foi positiva em R\$ 112,70 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Positivo em R\$ 8,22 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 78,21 milhões
Imóveis	Positivo em R\$ 18,70 milhões
Fundos Investimentos Multimercados	Positivo em R\$ 0,21 milhão
Empréstimo	Positivo em R\$ 0,42 milhão
Fundo Investimento Participações	Positivo em R\$ 1,87 milhão
Outros	Positivo em R\$ 1,64 milhão
Total do plano BD ELETROBRÁS	Positivo em R\$ 109,27 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação da carteira total de ações ter sido superior a variação projetada do IBrX previsto para o ano de 2020, principalmente devido as compras de ações realizadas na queda do Mercado.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: A principal diferença desse segmento ocorreu pela variação positiva dos títulos públicos atrelados ao Índice IGP-M que é grande parcela do segmento de títulos públicos.

Imóveis²: A variação da rentabilidade para o ano de 2020 ficou maior que o previsto, devido ao resultado da reavaliação dos imóveis que deram um resultado positivo para o segmento.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o semestre. A pequena diferença diz respeito a uma inflação realizada maior do que a inflação prevista.

Fundo Investimento Participações: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o ano de 2020.

Outras: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o ano.

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

² Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



B. CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS) – Recursos garantidores de R\$ 418 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2020 foi negativa em R\$ 8,35 milhões e pode ser assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 3,37 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Negativa em R\$ 7,30 milhões
Imóveis	Positivo em R\$ 2,02 milhões
Empréstimo	Positivo em R\$ 0,06 milhão
Outras	Positivo em R\$ 0,24 milhão
Total do CD ELETROBRÁS SALDADO (BPDS)	Negativa em R\$ 8,35 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação dos Fundos de Investimento em Ações que apresentou um retorno abaixo do previsto para o ano de 2020.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: A principal variação ocorreu por pelo aumento das taxas dos títulos de longo prazo atrelados ao IPCA.

Imóveis³: A variação da rentabilidade para o ano de 2020 ficou maior que o previsto, devido ao resultado da reavaliação dos imóveis que deram um resultado positivo para o segmento.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o ano de 2020. A pequena diferença diz respeito a uma inflação realizada maior do que a inflação prevista.

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

³ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



C. CD ELETROBRÁS PURO – Recursos garantidores de R\$ 1,74 bilhão:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2020 foi positivo em R\$ 8,05 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 11,72 milhões
Títulos Públicos	Positivo em R\$ 48,05 milhões
Fundo de RF + Créditos Privados	Negativa em R\$ 33,50 milhões
Empréstimo	Negativa em R\$ 0,25 milhão
Imóveis	Positivo em R\$ 5,05 milhões
Outros	Positivo em R\$ 0,42 milhão
Total do plano CD ELETROBRÁS PURO	Positivo em R\$ 8,05 milhões

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação dos Fundos de Investimento em Ações que apresentou um retorno abaixo do previsto para o ano de 2020.

Títulos Públicos: a principal variação ocorreu por conta da valorização da carteira de NTN-B's adquiridas desde o mês de março de 2020.

Fundo de RF + Créditos Privados: a variação negativa ocorreu pelo fato de alguns títulos de créditos terem a sua taxa elevada.

Imóveis⁴: A variação da rentabilidade para o ano de 2020 ficou maior que o previsto, devido ao resultado da reavaliação dos imóveis que deram um resultado positivo para o segmento.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o ano de 2020. A pequena diferença diz respeito a uma inflação realizada maior do que a inflação prevista.

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.

⁴ Apenas os planos BD ELETROBRÁS, CD ELETROBRÁS PURO e BPDS participam da carteira total de Imóveis.



D. CV ONS – Recursos garantidores de R\$ 753 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2020 foi positiva em R\$ 1,22 milhões, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 5,77 milhões
Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados	Positivo em R\$ 6,81 milhões
Empréstimo	Negativa em R\$ 0,06 milhão
Outras	Positivo em R\$ 0,24 milhão
Total do plano CV ONS	Positivo em R\$ 1,22 milhão

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação dos Fundos de Investimento em Ações que apresentou um retorno abaixo do previsto para o ano de 2020.

Fundo de RF + T. Públicos + Créditos Privados: a principal variação ocorreu por conta da valorização da carteira de NTN-B's adquiridas desde o mês de março de 2020.

Empréstimo: A variação da rentabilidade para o segmento ficou muito próxima a previsão para o ano de 2020. A pequena diferença diz respeito a uma inflação realizada maior do que a inflação prevista.

E. CV EPE – Recursos garantidores de R\$ 118 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2020 foi positiva em R\$ 0,54 milhão, sendo assim resumida:

	Diferença
Ações e Fundos de Investimento em Ações	Negativa em R\$ 0,34 milhão
Outras	Positivo em R\$ 0,88 milhão
Total do plano CV EPE	Positivo em R\$ 0,54 milhão

Principais variações

Ações e Fundos de Investimento em Ações¹: A diferença ocorreu em função da variação dos Fundos de Investimento em Ações que apresentou um retorno abaixo do previsto para o ano de 2020.

¹ A carteira total de ações é representada pela combinação de duas estratégias, uma carteira de ações mais aderente ao IBrX (Carteira Própria), com menor risco, e outra, composta por Fundos de Investimentos em Ações, que possuem um limite de risco mais elevado. A carteira total de ações é a mesma para todos os planos.



F. PGA – saldo de R\$112,5 milhões:

A diferença total entre o previsto e o realizado no ano de 2020 foi negativo em R\$ 0,25 milhões no período. A variação negativa ocorreu por conta da elevação das taxas dos títulos de renda fixa que compõem a parcela dos investimentos do PGA.

Os planos de benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS possuem um mecanismo específico, oferecido pela ELETROS, opções de perfil de investimentos, com cinco (5) modalidades: Agressivo, Moderado, ELETROS, Conservador e Super Conservador.

Assim os participantes dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS podem adotar um dos perfis de investimentos existentes e, semestralmente, podem fazer a migração, registrando sua opção nos canais informados pela ELETROS. A escolha de um perfil de investimento, aos participantes dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS é feita de forma livre e opcional de maneira que cada participante possa adotar um perfil de investimento que seja mais adequado a sua visão de risco e perspectiva de rendimento.

Nas tabelas a seguir são apresentados os resultados, para o ano de 2020 (janeiro/2020 a dezembro/2020), por perfil de investimento, considerando cada um dos ativos de investimento dos planos de benefícios CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS:

CD ELETROBRÁS	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	7,58%	2,02%	6,90%	1,38%	6,80%	1,28%	6,51%	1,01%	6,28%	0,79%
Renda Variável	1,94%	-3,32%	1,94%	-3,32%	1,94%	-3,32%	1,94%	-3,32%	0,00%	-5,17%
Imóveis	22,04%	15,73%	22,04%	15,73%	22,04%	15,73%	22,04%	15,73%	22,04%	15,73%
Empréstimos	11,96%	6,18%	11,97%	6,18%	11,96%	6,18%	11,98%	6,19%	11,98%	6,19%
Inv. Estruturados	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%
Exterior	10,65%	4,93%	10,65%	4,93%	10,65%	4,93%	10,65%	4,93%	0,00%	-5,17%
Consolidado	7,75%	2,18%	7,52%	1,97%	7,08%	1,55%	6,93%	1,41%	6,84%	1,32%

Fonte: Eletros

CV EPE	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	6,91%	1,39%	6,46%	0,96%	6,42%	0,92%	6,27%	0,78%	6,02%	0,54%
Renda Variável	1,94%	-3,32%	1,94%	-3,32%	1,94%	-3,32%	1,94%	-3,32%	0,00%	-5,17%
Imóveis	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Empréstimos	12,28%	6,48%	12,28%	6,48%	12,28%	6,48%	12,28%	6,48%	12,29%	6,49%
Inv. Estruturados	1,28%	-3,96%	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%
Exterior	10,65%	4,93%	10,65%	4,93%	10,65%	4,93%	10,65%	4,93%	0,00%	-5,17%
Consolidado	6,88%	1,36%	6,65%	1,14%	6,25%	0,76%	6,40%	0,90%	6,13%	0,65%

Fonte: Eletros

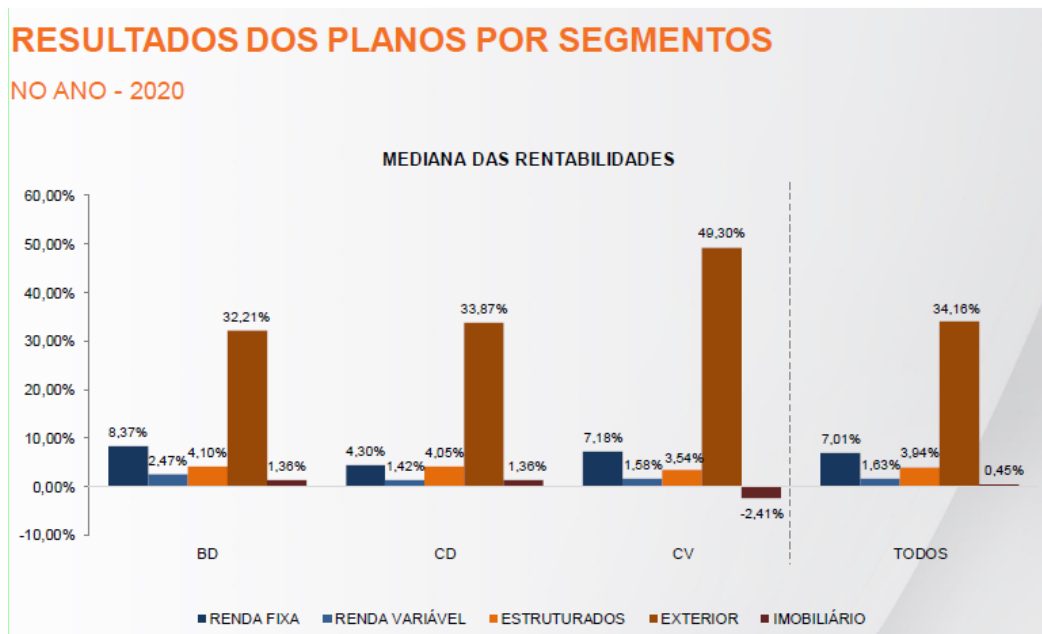
CV O.N.S	AGRESSIVO		MODERADO		ELETROS		CONSERVADOR		SUPER CONSERVADOR	
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real
Renda Fixa	7,28%	1,74%	6,71%	1,20%	6,64%	1,13%	6,33%	0,83%	6,04%	0,56%
Renda Variável	1,94%	-3,32%	1,94%	-3,32%	1,94%	-3,32%	1,94%	-3,32%	0,00%	-5,17%
Imóveis	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----
Empréstimos	15,31%	9,35%	13,30%	7,45%	15,31%	9,35%	15,33%	9,37%	15,36%	9,40%
Inv. Estruturados	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%	1,28%	-3,95%
Exterior	10,65%	4,93%	10,65%	4,93%	10,65%	4,93%	10,65%	4,93%	0,00%	-5,17%
Consolidado	7,38%	1,83%	6,94%	1,41%	6,51%	1,01%	6,47%	0,97%	6,21%	0,73%

Fonte: Eletros

A fim de atender aos preceitos da Resolução CNPC nº 30/2018 que estabeleceu a necessidade da realização de estudo técnico para demonstração da convergência entre a rentabilidade dos investimentos e a taxa real de juros, para planos de benefícios que possuam benefícios estruturados na modalidade de benefício definido – BD a ELETROS utilizou os serviços da consultoria Willis Towers Watson – WTW, para avaliar as questões pertinentes ao plano BD Eletrobrás.



As informações a seguir foram extraídas de relatório que foi elaborado pela consultoria ADITUS:



Fonte: Estudo comparativo de desempenho – ADITUS dezembro 2020



Fonte: Estudo comparativo de desempenho – ADITUS dezembro 2020

Comparando o estudo realizado pela consultoria externa ADITUS, tabela acima, com os resultados alcançados pela ELETROS, no ano de 2020, é possível destacar que o plano de benefícios BD – Eletrobrás teve resultado superior a mediana da ADITUS por conta, principalmente da maior concentração em títulos indexados à inflação no segmento de renda fixa, assegurando uma excelente rentabilidade para o plano, com destaque para a carteira ALM. Contudo, deve-se ressaltar o excelente retorno auferido no segmento imobiliário, segmento de



investimento no exterior, este iniciado em agosto/2020 visando maior retorno proporcionado pela maior diversificação e segmento de investimentos estruturados, sendo adicionado além da aplicação no Fundo de Private Equity, a aplicação em fundos multimercado através de gestão externa, iniciada em agosto/2020.

Os planos CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS, apresentaram resultados superiores nos ativos de renda variável, quando comparados com os estudos comparativos da ADITUS. Em relação à renda fixa os planos CD Eletrobrás, CV EPE e CV ONS, apresentaram rentabilidade de 6,24%, 6,42% e 6,57%, respectivamente, vs. uma mediana de 4,30% apresentada pela ADITUS.

Cabe ressaltar que os ativos das carteiras de renda fixa dos planos CD Eletrobrás, CV EPE e ONS possuem títulos atrelados ao CDI, enquanto os Planos CDs e CVs, do estudo da ADITUS, possuem, na grande maioria dos planos de benefícios estudados, carteiras de renda fixa com títulos atrelados a índices de preços.

O plano PGA, com ativos exclusivamente em renda fixa apresentou resultado superior, quando comparado a mediana dos planos CDs apresentado pelo estudo comparativo da ADITUS, com um resultado positivo de 4,78%.

	BD Eletrobras	CD Eletrobras	CV ONS	CV EPE	PGA
Segmentos	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal	Nominal
Renda Fixa	14,68%	6,24%	6,57%	6,42%	4,78%
Renda Variável	1,94%	1,94%	1,94%	1,94%	----
Imóveis	22,04%	22,04%	----	----	----
Empréstimos	12,53%	12,25%	14,91%	12,28%	----
Inv. Estruturados	16,88%	1,28%	1,28%	1,28%	----
Exterior	10,65%	10,65%	10,65%	10,65%	----
Consolidado	12,91%	6,34%	6,12%	6,07%	4,78%

Fonte: Eletros

VI. Custos com a Administração dos Investimentos

Os custos com a administração dos investimentos impactam e podem comprometer os ganhos dos participantes e assistidos. Nesse sentido, o conselho fiscal avaliou as alterações ocorridas com os custos da administração dos investimentos no ano de 2020, visando avaliar o esforço da gestão no sentido de comprometer minimamente o rendimento final das aplicações.

Os quadros I, II e III apresentam os custos com a administração dos investimentos:



Quadro I – Despesas Diretas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado	Carteira Própria	FIM Renda Fixa	FIA Renda Variável	FI Estruturado
Controladoria	128	45	50	33	-
Gestão	9.404	-	405	8.878	121
ADM	128	-	46	68	15
Custódia	475	188	199	88	-
Performance	4.260	-	-	4.260	-
DOC	-	-	-	-	-
CPMF	-	-	-	-	-
IOF	3	-	3	-	-
CVM	275	-	130	143	2
CETIP	521	176	204	134	6
CBLC	37	10	0	28	-
SELIC	92	34	54	4	-
BACEN	-	-	-	-	-
ANDIMA	-	-	-	-	-
ANBIMA	41	-	17	24	-
Taxa de Swap	-	-	-	-	-
Taxa de Bolsa	63	-	42	21	-
Corretagem RV	3.261	387	-	2.874	-
Emolumentos RV	935	176	-	759	-
Cartório	2	-	-	2	-
Consultoria	0	-	-	-	0
Auditoria	37	-	16	22	-
Tx de Permanência	1	-	1	0	-
Outros	20	0	1	3	16
TOTAL DAS DESPESAS	19.685	1.016	1.167	17.342	160

Fonte: Relatório Diretoria Financeira Eletros

Quadro II – Despesas Administrativas de Investimento (R\$ mil)

Classificação da Despesa	Consolidado
Pessoal e Encargos	9.117
Treinamentos, Congressos e Seminários	18
Viagens e Estádias	2
Serviços de Terceiros	1.927
Despesas Gerais	719
Depreciação e Amortização	152
TOTAL DAS DESPESAS	11.935

Fonte: Relatório Diretoria Financeira e Demonstrações Contábeis 2020

Quadro III – Comparativo das Despesas de 2020 x 2019 (R\$ mil)

Despesa	2020	Dos Recursos Garantidores (%)	2019	Dos Recursos Garantidores (%)	Variação (%)
1 - Administrativa Previdenciária	15.208	0,28%	16.895	0,31%	-10,01%
2 - Administrativa de Investimentos	11.935	0,22%	13.641	0,25%	-12,51%
3 - Direta de Investimentos	19.685	0,37%	10.204	0,19%	92,93%
4 - Total de Despesa Administrativa (1+2)	27.143	0,50%	30.540	0,56%	-11,12%
5 - Total de Despesa de Investimento (2+3)	31.620	0,59%	23.845	0,44%	32,61%
6 - Total de Despesa (1+2+3)	46.828	0,87%	40.744	0,75%	14,93%
7 - Recursos Garantidores	5.389.140		5.420.706		-0,58%

Fonte: Relatório Diretoria Financeira Eletros

- Item 3 – Despesa Direta de Investimentos, contempla remuneração por performance.



O total de despesas teve um aumento de 14,93% de variação quando comparado com 2019.

Verificando as variações ocorridas no quadro III, a maior variação ocorreu nas despesas direta de investimentos que fechou o ano de 2020, 92,93% maior em relação ao ano anterior.

A Diretoria Financeira justificou que o aumento das despesas direta de investimentos se deu pelos seguintes aspectos:

1. Acréscimo no volume de recursos administrados por terceiros. Em 2019, as despesas dos recursos administrados por terceiros corresponderam a 0,19% dos Recursos Garantidores, enquanto em 2020, corresponderam a 0,37%; e
2. Aumento do valor da remuneração por performance. Em 2019, a remuneração por performance foi de R\$ 2.017,00 (mil) e em 2020, a remuneração por performance foi de R\$ 4.260,00 mil (vide quadro I).

Considerando que a remuneração por performance se caracteriza por ser um prêmio por desempenho, paga somente quando a rentabilidade supera o índice de referência (benchmark), o aumento dessa despesa, na verdade se traduziu em maior retorno líquido à ELETROS, e conseqüentemente, aos participantes e assistidos dos planos de benefícios administrados pela ELETROS.

QUADRO IV

Despesas	2020	2019	Varição (%)
1. Administrativa Previdenciária	15.208,00	16.899,00	-10,01
2. Administrativa de Investimentos	11.935,00	13.641,00	-12,51
3. Direta de Investimentos	15.425,00	8.187,00	88,41
4. Total de Despesas Administrativas (1+2)	27.143,00	30.540,00	-11,12
5. Total de Despesas de Investimento (2+3)	27.360,00	21.828,00	25,34
6. Total de Despesa (1+2+3)	42.568,00	38.727,00	9,92

Fonte: Construído a partir dos quadros anteriores

O quadro IV, apresenta o comparativo das Despesas de 2020 x 2019 (R\$ mil) sem a remuneração por performance. Isolada a variável, pagamento de performance, observa-se que o total de despesas teve um aumento de 9,92%.

A Diretoria Financeira justificou ainda que, o aumento da parcela de gestão externa foi incentivado pela necessidade de diversificar as estratégias de investimento nos diferentes segmentos e tais estratégias demandam uma maior estrutura e uma especialização específica nesses segmentos (Fundos Estruturados, Investimentos no Exterior, FIP, etc). Este contexto operacional não seria possível ser facilmente implementado por estruturas internas, em especial se levarmos em consideração a dinâmica do mercado de capitais e a complexidade dos cenários econômicos.

Adicionalmente, a Diretoria Financeira acrescentou que, nessa estratégia, a gestão externa além de melhorar a diversificação (menor risco) e agregar retorno, compartilha com a equipe interna as estratégias e os cenários por meio de reuniões periódicas, proporcionando também, subsídios para os estudos de macro alocação realizados internamente.

Conclusão:

O aumento dos custos com a administração dos investimentos para alcance dos objetivos de longo prazo é um ato de gestão adequada, considerando a realocação de um custo fixo para



um custo variável associado a volume e performance dos investimentos, de forma a permitir uma maior adequabilidade na estrutura de custos.

Cumprir registrar também que a variação do INPC do período de 5,4% e a estratégia da Diretoria baseada na busca por especialistas de diversas áreas que estejam em tempo integral acompanhando e antecipando tendências e identificando oportunidades de mercado, associada/integrada a uma equipe interna qualificada para acompanhar a gestão externa e desenvolver um trabalho contínuo de monitoramento da performance.

VII. Créditos de Liquidação Duvidosa nos Investimentos e Contingências

(...)

Conforme relatório: "Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de 2020" elaborado pela KPMG auditores independentes, emitido em 26 de março de 2021, foi declarado no item 6 - página 36/71, provisão de créditos de Liquidação Duvidosa PCLD de empréstimos, no valor de R\$ 2.582 mil em 30/12/2020 (2.569 mil em 31/12/2019).

A. Provisão para perdas na realização de créditos

O fator que contribuiu de forma relevante para a elevação dos valores de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi a mudança de metodologia de cálculo da PCLD aplicada a partir da implementação da nova modalidade de empréstimos da Eletros (modalidade com quantidade fixa de prestações).

Esta mudança de metodologia foi baseada no disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias

Baseado nisso, na nova modalidade de empréstimos, quando o mutuário deixa de pagar uma das prestações, o saldo devedor de todo o contrato passa a compor a base de cálculo da PCLD e o percentual de cálculo adotado na apuração da provisão considera a data da prestação mais antiga em aberto, de modo que acaba sendo provisionado até 100% do saldo devedor de contratos que tenham qualquer prestação em atraso, mesmo que o mutuário esteja com apenas uma prestação em atraso e já tenha voltado a pagar todas as demais prestações correntes.

Essa metodologia de cálculo de PCLD é diferente do que ocorre com os contratos da modalidade antiga onde a provisão é totalmente revertida caso o participante voltar pagar em dia suas parcelas mesmo tendo alguma prestação passada em aberto.

Inicialmente a quantidade de contratos da nova modalidade era pequena, mas com o passar do tempo foi aumentando e, assim, o impacto da nova metodologia tornou-se mais evidente principalmente nos planos nos quais a maioria dos contratos já são do novo modelo de empréstimos.

Adicionalmente à mudança da metodologia, observou-se também reestruturação nos quadros funcionais de algumas Patrocinadoras, por exemplo ONS, com o desligamento de muitos colaboradores que ficaram sem renda na patrocinadora e conseqüentemente sem desconto na folha de ativos, gerando o atraso de parcelas por um curto período de tempo.



Observamos que alguns dos desligados das patrocinadoras vieram a se aposentar pela Eletros alguns meses depois, voltando a ter renda onde as prestações de empréstimos voltaram a ser descontadas, mas a prestação antiga em aberto continuou a impactar a PCLD.

Recentemente iniciamos procedimento administrativo visando viabilizar a regularização das parcelas em aberto nestes contratos e assim, equalizar os valores da PCLD que sejam reflexos dessas ocorrências.

Cabe lembrar que mesmo em casos que mutuário não pague neste momento a prestação antiga em aberto mas esteja pagando as prestações correntes, isso não significa necessariamente uma perda para a Eletros pois o saldo de PCLD vai sendo revertido (à medida em que a dívida diminui a cada pagamento) e eventual prestação vencida que permaneça em aberto pode ser cobrada ao final do contrato."

B. Contingências

(...)

De acordo com o relatório: "Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de 2020", elaborado pela KPMG, emitido em 26/03/2021, no item 10, subitem 10.1, páginas 49 e 50/70, foi declarado:

...10.1 Contingências

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais registradas no balanço. Essas provisões registram ocorrências de fato que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal.

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação

Descrição	Exercício findo em	
	31/12/2020	31/12/2019
Gestão Previdencial	12.063	12.386
Aposentadorias	520	95
Processos Cíveis e Trabalhistas	10.790	11.554
Processos Trabalhistas	753	737
Gestão Administrativa	23.889	22.037
Contingências Tributárias	23.721	21.873
Outros processos	168	164
Investimentos	4.015	3.971
Tributárias IN SRF 170	3.210	3.178
RET	578	571
Outros Processos	227	222
Total	39.967	38.394



(...)

De acordo com o relatório: "Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de 2020", elaborado pela KPMG, emitido em 26/03/2021, no item 11, subitem 11.1, página 51/70, foi declarado:

"... 11.1 Passivos Contingentes –

Os processos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 9.886 em 31 de dezembro de 2020(R\$ 3.530 em 31 de dezembro de 2019), e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

VIII. Aderência das Premissas e Hipóteses Atuariais

O Conselho Fiscal atua tanto na emissão de Parecer sobre os testes de aderência-das premissas, hipóteses atuariais e taxas de juros, assim como constantemente busca evidências da aderência das mesmas para os planos BD, CD e CV, administrados pela Eletros. As tabelas a seguir apresentam as principais premissas e hipóteses atuariais para os planos administrados pela Eletros.

PLANO BD Eletrobrás

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2020
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA
Mortalidade de Inválidos	RRB-83
Rotatividade	Nula
Composição Familiar dos ativos	70% casados e mulher 9 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	INPC
Fator Capacidade	0,98
Crescimento salarial	1,00%
Probabilidade de entrada em aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria integral
Taxa real de juros	4,50% a.a.

Hipótese	Hipóteses Atestadas para 31/12/2020
Mortalidade Geral	AT-2000 M&F suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Mortalidade de Inválidos	AT-49 Masculina
Composição Familiar para os ativos do Plano BPDS	85% casados e mulher 4 anos mais nova que o homem
Indexador do Plano	Cotas do Patrimônio / INPC
Fator Capacidade	0,98
Taxa real de juros	4,50% a.a.

Planos CDs e CV administrados pela ELETROS

Dentre as premissas acima, a taxa real de juros e a taxa de mortalidade são as premissas que representam maior impacto no cálculo do Passivo Atuarial dos planos.

Ao longo de 2020, o CFE avaliou junto a área atuarial da Eletros a hipótese "Mortalidade geral", acompanhando a evolução de falecimentos no plano.

De 31/12/2017 para 31/12/2018 houve uma alteração da hipótese de Mortalidade Geral, que saiu da tábua AT-2000 Basic M&F para a tábua AT-2000 M&F suavizada em 10%, que se



manteve neste exercício. Tal suavização prevê, na prática, menos mortes do conjunto de participantes, sendo necessário maior provisionamento para pagar benefícios (especialmente no plano BD). Desta forma o CFE considerou a hipótese adequada, uma vez que está em consonância a prática conservadora observada no mercado de previdência.

As hipóteses de taxas reais de juros válidas a partir de 31/12/2020 são:

PLANO	Hipóteses válidas a partir de 31/12/2020
BD Eletrobrás	4,50%
CD Eletrobrás	4,50%
CV ONS	4,50%
EPE	4,50%

Entre outras premissas, a área atuarial da Eletros, Gerência Atuarial – DBA e a Consultoria Willis Towers Watson (Plano BD) consideraram adequadas e aderentes, ao qual o CFE emitiu parecer de concordância após análise de apresentações e documentação.

Plano BD ELETROBRÁS - Patrimônio de Cobertura x Passivo Atuarial

O Plano BD apresenta equacionamentos em andamento (2011, 2013 e 2015) com previsão de contribuições definidas em percentual da folha de salário real de contribuição/benefícios:

Empregados ativos	mar/21	abr/21	
Contribuição Normal média	13,90%	14,09%	Prazo (em dez/20)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	4,25%	4,02%	2 anos e 7 meses
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	24,22%	24,26%	3 anos
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	4,94%	4,79%	14 anos e 3 meses
Total	47,31%	47,16%	

Aposentados	mar/21	abr/21	
Contribuição Normal média	7,82%	7,80%	Prazo (em dez/20)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	2,11%	2,08%	13 anos e 3 meses
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	11,23%	11,54%	13 anos e 8 meses
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	6,58%	6,65%	14 anos e 3 meses
Total	27,74%	28,07%	

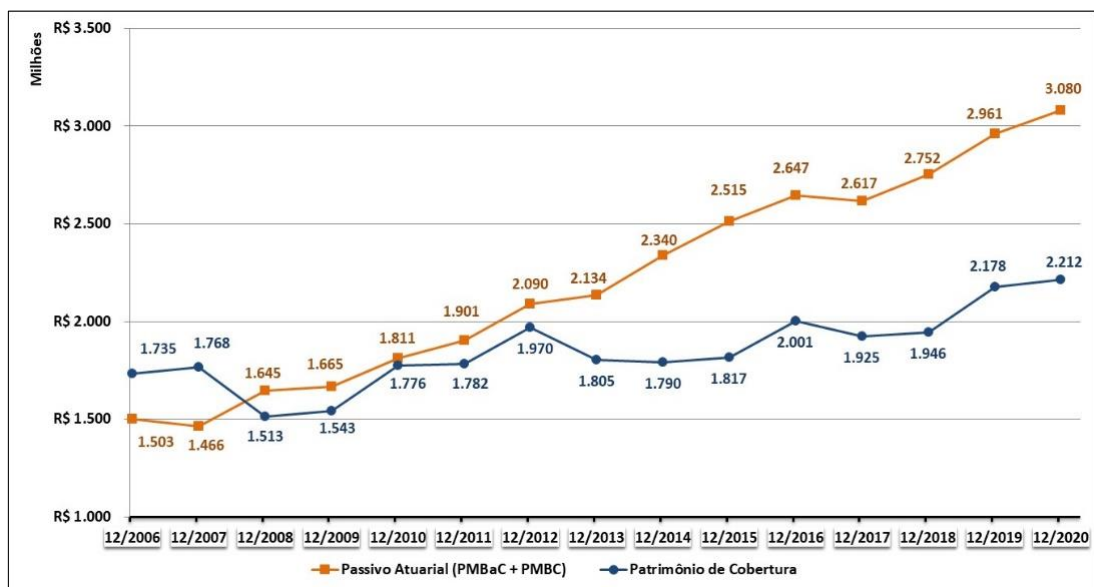
Pensionistas e optantes pelo BPDs	mar/21	abr/21	
Contribuição Normal média	0,00%	0,00%	Prazo (em dez/20)
Contribuição Extraordinária I (Déficit 2011)	0,00%	0,00%	NA
Contribuição Extraordinária II (Déficit 2013)	0,00%	0,00%	NA
Contribuição Extraordinária III (Déficit 2015)	6,58%	6,65%	14 anos e 3 meses
Total	6,58%	6,65%	



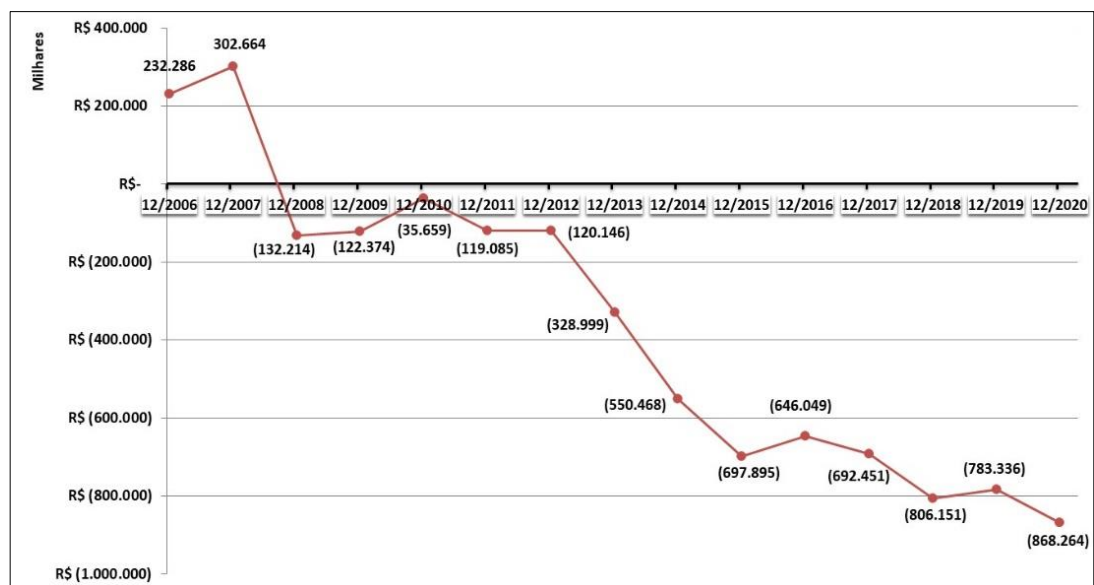
No ano de 2020, houve aumento do déficit. Como aponta a consultoria atuarial Willis Towers Watson, o déficit técnico aumentou de R\$ 113.904.283,27 em 31/12/2019 para R\$ 158.518.352,54 em 31/12/2020. Tal agravamento se deu, em grande maioria, pela alteração da hipótese "taxa real de juros" em 31/12/2020 (DE: 4,80% a.a. em 31/12/2019 PARA: 4,50% a.a. em 31/12/2020).

O déficit apurado em 31/12/2020 é superior ao limite de equacionamento definido pela Resolução CNPC 30 de 2018, havendo obrigação de equacionamento do valor de R\$ 47.412.197,41 em 2021.

Para melhor acompanhar a evolução dos déficits em equacionamento, as tabelas com Evolução do Patrimônio, do Passivo Atuarial e dos Déficits do Plano BD Eletrobrás são apresentadas a seguir.



Fonte: Eletros



Fonte: Eletros



IX. Maturidade e Solvência dos Planos

Na tabela a seguir são apresentados retrato de 31/12/2020 dos percentuais de grau de maturidade e graus de solvência bruto e líquido.

PLANO	GRAU DE MATURIDADE	GRAU DE SOLVÊNCIA BRUTO	GRAU DE SOLVÊNCIA LÍQUIDO
BD ELETROBRÁS	94,68%	71,12%	92,41%
CD ELETROBRÁS	65,41%	101,40%	99,86%
CV ONS	34,68%	101,45%	100,00%
EPE	9,56%	104,25%	100,00%

Fonte: Eletros

O CFE destaca a diferença para o grau de solvência bruto e líquido do plano BD Eletrobrás, que se dá pelos déficits em equacionamento, conforme destacado anteriormente. O conselho fiscal segue atento aos equacionamentos, assim como os desdobramentos das contribuições do TAC assinado que foi cumprido por parte da Eletros em março/2020. No plano BD há R\$ 709.745.810,07 de provisões matemáticas a constituir (Déficits 2011, 2013 e 2015) e R\$ 158.518.352,54 de déficit técnico acumulado (última apuração de 31/12/2020), frente a um Patrimônio de Cobertura de R\$ 2.212.091.517,75. Esses valores explicam a grande diferença entre o grau de solvência bruto e líquido.

Os dados aqui expostos levam em conta o período dessa manifestação (de 1º de janeiro a 31 de dezembro/20).

X. Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária

Salienta-se que ao longo do ano de 2020, o CFE apreciou os acompanhamentos orçamentários mensais, conforme constam nas Atas das reuniões periódicas realizadas neste período, onde foram feitas apresentações com as principais variações entre o previsto e o realizado da Gestão Administrativa e dos indicadores de desempenho do PGA.

Nos documentos disponibilizados ao CFE constam relatórios de acompanhamento orçamentário da Gestão Previdencial, ou seja, dos planos de benefícios administrados pela Eletros. As justificativas para as principais variações entre o previsto e o realizado da referida gestão serão apresentadas a seguir:

1- Provisões Atuariais (Planos BD-ELETROBRÁS e BPDS)

De acordo com o MEMO-DB/ACB – 003/21, de 09/06/2021 a diferença entre o previsto e realizado dos Planos BD-ELETROBRÁS e BPDS representam um montante de R\$ 51.3 e 8.8 Milhões, respectivamente, conforme demonstrado na tabela a seguir:



	Plano	BD Eletrobrás
A	(-) Variação prevista	R\$ 27.499.770
B	(-) Variação realizada	R\$ 78.830.691
C = B - A	Diferença a justificar	R\$ 51.330.921

Impacto em função de:		
D	INPC realizado > INPC esperado	R\$ 25.913.679
E	Acréscimo não esperado das Provisões Matemáticas a Constituir, considerando o ajuste do Plano de Equacionamento do Déficit de 2011.	-R\$ 33.958.694
F	Impacto estimado da alteração da taxa real de juros	R\$ 77.000.000
G = C - D - E - F	Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:	-R\$ 17.624.064

Fonte: MEMO-DB/ACB - 003/21, de 09/06/2021

	Plano	BPDS
A	(-) Variação prevista	R\$ 7.330.438
B	(-) Variação realizada	R\$ 16.136.089
C = B - A	Diferença a justificar	R\$ 8.805.651
D	Impacto estimado da alteração da taxa real de juros	R\$ 11.500.000
E = C - D	Outros (Ganhos) / Perdas atuariais e/ou financeiras no período:	-R\$ 2.694.349

Fonte: MEMO-DB/ACB - 003/21, de 09/06/2021

Dentre as justificativas apresentadas no referido Memorando, destaca-se o impacto estimado da alteração da taxa real de juros correspondente a R\$ 77 e 11.5 Milhões, para do Plano BD Eletrobrás e BPDS, respectivamente.

O Plano BD Eletrobrás, apesar da rentabilidade do período ter superado a meta atuarial, observa-se que o déficit apurado em 31/12/2020 foi superior ao déficit apurado em 31/12/2019, devido substancialmente à alteração da premissa "taxa real de juros" (DE: 4,80% a.a. em 31/12/2019 PARA: 4,50% a.a. em 31/12/2020).

No caso do BPDS, considerando que a rentabilidade da Parcelas "Renda Vitalícia" ficou abaixo da meta atuarial para o período de janeiro a dezembro de 2020, observa-se que há constituição de déficit no período em questão. Adicionalmente, registra-se que o referido déficit foi agravado devido à alteração da premissa "taxa real de juros" (DE: 4,80% a.a. em 31/12/2019 PARA: 4,50% a.a. em 31/12/2020).



2 - Indicadores de Desempenho de Gestão

Os indicadores da gestão administrativa foram estabelecidos no capítulo VII, Art. 19 do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa:

- I. Despesas Administrativas em relação aos recursos garantidores;
- II. Despesas Administrativas com pessoal e encargos em relação aos recursos garantidores;
- III. Limite da taxa de administração;
- IV. Índice de cobertura das despesas administrativas;
- V. Despesas administrativas em relação ao fundo administrativo; e
- VI. Constituição/Reversão do fundo administrativo.

Anualmente, o CDE aprova as metas para os indicadores da gestão administrativa. Com base no acompanhamento efetuado, abaixo, apresentamos as variações no exercício de 2020 e na sequência os principais fatores:

Descrição	Interpretação	2020		
		Previsto	Realizado	Variação
I. Despesas Administrativas / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas.	0,58%	0,51%	-11,20%
II. Despesas Administrativas com Pessoal e Encargos / Recursos Garantidores	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de seus recursos garantidores e de suas despesas administrativas com pessoal e encargos.	0,40%	0,37%	-7,20%
III. Custeio Administrativo / Recursos Garantidores	Quanto maior o percentual, mais próximo a entidade estará de comprometer o limite de transferência do custeio administrativo.	0,53%	0,48%	-9,47%
IV. Receitas Administrativas / Despesas Administrativas	Como tendência, quanto maior o indicador, melhor o resultado apurado no período.	103,07%	105,18%	2,05%
V. Despesas Administrativas / Fundo Administrativo	Quanto menor o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na gestão de suas despesas administrativas.	25,87%	24,01%	-7,20%
VI. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo / Fundo Administrativo do exercício anterior	Quanto maior o percentual apurado, maior a eficiência da Entidade na manutenção do crescimento real do Fundo Administrativo.	-1,09%	-0,04%	95,98%

Principais fatores:

- I. Superação no resultado dos investimentos no período gerando impacto incremental nos Recursos Garantidores no exercício, combinada à redução contínua observada no período em relação às despesas administrativas, refletem o resultado positivo do indicador, superando a expectativa de eficiência da entidade na gestão das despesas administrativas;



- II. Redução das despesas no grupo pessoal e encargos, combinada à superação no resultado dos investimentos no período que gerou impacto incremental nos Recursos Garantidores, refletem o resultado positivo do indicador e a superação da meta quanto à gestão das despesas administrativas da entidade com pessoal e encargos;
- III. Superação no resultado dos investimentos no período que gerou impacto incremental nos Recursos Garantidores no exercício, reflete o resultado positivo no indicador, assim como, o não comprometimento do limite de custeio administrativo observado ao longo do ano foi confirmado conforme expresso pelo resultado do indicador em questão;
- IV. Superação das receitas administrativas e redução das despesas administrativas, refletem o resultado positivo do indicador;
- V. Redução contínua das despesas administrativas no período, combinada com a superação nos resultados dos investimentos no período, explica a redução da reversão realizada no período, significativamente abaixo da prevista para o período;
- VI. Redução contínua das despesas administrativas praticada em 2020, combinada com a superação nos resultados dos investimentos no período, explica a melhoria contínua na eficiência da entidade na gestão das despesas administrativas e de seus recursos.

X. Gestão de Riscos, Controles Internos e Conformidade

A Gestão Integrada de Riscos deve estar alicerçada na identificação, monitoramento e controle dos fatores de risco que impactam os objetivos da Entidade, cabendo aos seus dirigentes aprovar e rever de forma periódica a estratégia adotada para seu gerenciamento, o que envolve a identificação destes riscos a que a Entidade está exposta, o estabelecimento de níveis aceitáveis de tomada de risco, com permanente gerenciamento com o objetivo de medir, monitorar e controlar os riscos identificados.

O processo de gerenciamento de riscos da Entidade busca identificar e considerar fatores internos – planos administrados; qualificação técnica dos profissionais; estrutura organizacional, bem como fatores externos – cenário econômico-financeiras.

Todas estas naturezas de risco podem afetar de modo adverso o alcance dos objetivos da Eletros.

Desta forma, a Eletros monitora o ambiente regulatório ao qual está inserida, assim como o ambiente econômico, financeiro e social, intencionando identificar desvio e corrigir trajetória, com destaque para os seguintes temas, os quais são periodicamente acompanhados pelo Conselho Fiscal, contemplados ou não matriz de riscos da Entidade. Neste sentido, no desenvolvimento dos trabalhos do colegiado ao logo de 2020, o CFE abortou entre outros, os seguintes temas:



1. Estrutura organizacional
2. Capacitação técnico-gerencial
3. Tecnologia
4. Política de investimentos
5. Procedimentos internos - códigos, regimentos e manuais
6. Precificação e gestão de ativos e passivos - ALM
7. Estabelecimento de alçadas em processos decisório
8. Legislação e Obrigações
9. Código de conduta e ética
10. Auditoria

X.1 – Auditorias de Patrocinadoras

No período abrangido pela presente manifestação não houve trabalhos iniciados ou levados a efeitos por auditorias das patrocinadoras. Contudo, houve a implementação dos Planos de Providências relacionadas às recomendações relacionadas às deficiências identificadas no Relatório de Auditoria nº 22/2019 (Eletrobras), sobre as quais se verifica evolução em sua condução.

Os achados de auditoria estão sendo tratados pela direção da Eletros, a maior parte, na data de reporte, com ações implementadas, ou em curso, objetivando a sua eliminação ou mitigação, sendo objeto de acompanhamento regular pelo CFE em seu programa de trabalho. Nesse sentido, a Entidade reporta mensalmente à Patrocinadora Eletrobras por meio do documento intitulado Plano de Providências, destinados ao monitoramento do atendimento às recomendações exaradas pela sua auditoria interna.

O Relatório de Auditoria nº 22/2019 abrangeu notadamente sobre os seguintes temas:

- a) Processo de contratação de serviços de terceiros;
- b) Implementação de atividades de auditoria interna na Entidade;
- c) Implantação de Sistema Integrado da Entidade;
- d) Processo de avaliação e de melhoria dos controles internos da Entidade;
- e) Despesas Administrativas;
- f) Conflito de Interesses;
- g) Plano de Custeio; e
- h) Certificação para exercício de atividade.

Com relação aos pontos de auditoria decorrentes do citado Relatório Auditoria nº 22/2019 resta em implementação, na data base de 31/12/2020, dos seguintes apontamentos:



APONTAMENTO	CRITICIDADE	RESUMO DO PLANO DE AÇÃO	QTD. DE AÇÕES	PRAZO	STATUS	IMPLEMENTAÇÃO - %
3. Necessidade de aperfeiçoamento de controles internos da matriz de riscos operacionais do processo de investimentos	★ ★ ★	Revisar e automatizar os processos de investimento	2 ações	dez/20	Em andamento	90%
4. Serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis contratado por valores acima do orçamento médio de mercado*	★ ★	Realizar proposta ao CDE	1 ação	jan/21	Em andamento	90%

X.2 – Controles Internos e Auditoria Independente

Matriz de Riscos e Controles Internos

A Entidade conta com plano de risco e controles associados - Gestão de Riscos SGQ, desenvolvido pelo método de avaliação matricial 5x5 SGQ, que aponta a seguinte classificação, por nível do risco, sendo que para todos os riscos avaliados como significativos há pontos de controle associados – Detectivo e/ou Preventivo, ou, ainda, Detectivo + Preventivo:

- a) Risco Alto - 17 Processos
- b) Risco Significativo - 18 Processos
- c) Risco Moderado - 14 Processos
- d) Risco Baixo – 19 Processos

Cabe destacar que a revisão dos riscos e controles associados é necessário, devendo ser entendido como parte das rotinas de melhoria de gerenciamento de riscos, e visa a melhor acuidade na identificação e avaliação dos riscos e controles associados aos processos.

A Entidade conta com os serviços de auditoria independente sobre seus controles internos executados pela KPMG Auditores Independentes.

Importante destacar que durante a oitava deste CFE, realizada durante a 421ª Reunião do Conselho Fiscal da Eletros, com os auditores independentes por ocasião da apreciação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, valendo dizer, os mesmos foram indagados sobre o ambiente de controles e percepção de fragilidades, não tendo sido relatadas preocupações relevantes neste sentido.

Tal entendimento dos auditores encontra-se expresso em sua Carta de Controles Internos (CCI), datada de 14 de maio de 2021, associadas às Demonstrações Financeiras elaboradas pela diretoria da Eletros e apreciadas pelo Conselho Deliberativo em sua reunião 429ª,



realizada em 26 de março de 2021, oportunidade na qual elas foram formalmente aprovadas por aquele Colegiado, não havendo recomendações quanto a deficiências ou ineficácias significativas que requeiram a atenção do Conselho Fiscal, à exceção das abaixo descritas, sendo destacado pelos auditores que tais pontos não geram erros materiais ou perversivos nas Demonstrações Contábeis:

- a) Aprimoramento da comunicação entre a Fundação e suas patrocinadoras para envio das informações aos auditores externos.
- b) Melhorias na preparação das demonstrações contábeis, para o que a administração vem adotando novas práticas na sua elaboração de forma a mitigar riscos de não conformidade;
- c) Reconhecimento das despesas com eventos/sinistros por valor líquido e após data do aviso na Gestão Assistencial, sendo que para esta questão a administração da Entidade manifesta sua intenção de implementar adequações no sistema de gestão de Saúde, o que ainda não foi verificado.

Demonstrações Contábeis

A Entidade conta com os serviços de auditoria independente sobre suas demonstrações contábeis executados pela KPMG Auditores Independentes, que emitiu Relatório de Revisão sobre as demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020, datado de 26 de março de 2021.

A opinião dos auditores, sem ênfases ou ressalvas, é no sentido de que as demonstrações contábeis da Entidade apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletros, e individual por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2020, assim como o desempenho de suas operações no período, e estão de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

X.3 – Sistema de Gestão da Entidade – Certificação e/ou re-certificação dos processos

AUDITORIA DE PRIMEIRA SUPERVISÃO – ISO 9001 executado com o seguinte escopo sobre a Gestão de benefícios previdenciários, compreendendo os seguintes processos:

- a) Adesão e Cadastro
- b) Arrecadação e Reserva
- c) Concessão de Benefício
- d) Processamento da Folha
- e) Gestão do Passivo Atuarial
- f) Atendimento
- g) Institutos e Convênio INSS



Como resultado foi apontada apenas uma constatação de desvio, classificada como Não Conformidade Menor relacionado a requisitos associados a documentos externos controlados através da "Lista de Legislações - SGQ-011". Contudo o controle desta informação documentada foi avaliado como desatualizado em relação a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019 do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que substitui a Resolução CGPC de 06/12/2006. Tal "não conformidade" foi mitigada pela atualização da Norma de Gestão Documental, aprovada pela DEE em 20/10/2020.

Em conclusão, a Certificação apontou a conformidade do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ como sendo aderente à norma de referência, sendo destacado os seguintes pontos fortes (aspectos relevantes que demonstram a efetiva manutenção do sistema de gestão da qualidade):

- a) Postura dos auditados;
- b) Ações estratégicas de enfrentamento da pandemia e disponibilização de plataformas digitais para atendimento.
- c) Documentação em plataforma digital;
- d) Bom detalhamento do mapeamento dos processos;
- e) Domínio das rotinas e tarefas do escopo envolvido;
- f) Visão estratégica e ações para melhorar o desempenho organizacional

Cabe destacar que os controles do SGQ, e a sua revisão, devem ser entendidos como parte das rotinas de melhoria da estrutura de controles, devendo ser periodicamente reavaliados.

X.4 - Conformidade à legislação de proteção de dados pessoais

A Entidade executou, por meio de consultoria independente, o mapeamento dos fluxos de dados pessoais geridos pela Entidade, tendo como resultado a identificação do Índice de Conformidade frente a LGPD de 22,92%, que situa-se, segundo afirmado pela Contratada, pouco abaixo da média quando comparado com outros clientes dos mais diversos ramos de mercado. Como consequência, foi proposto um plano de ação para conformidade das atividades da Entidade à LGPD, a partir de uma Tabela Geral de Conformidade, com indicadores de aderência à legislação divididos em seis macro domínios:

- a) Governança de Proteção de Dados
- b) Gestão de Dados Pessoais
- c) Segurança da Informação
- d) Gestão de Risco dos Dados Pessoais
- e) Gestão de Dados Pessoais em Terceiros
- f) Gestão de Incidentes

O Plano de Ação de adequação legal à legislação de proteção de dados, já iniciado, contempla um conjunto de atividades, sendo elas classificadas como estruturantes e específicas.

As Ações Estruturantes são ações de Governança, que não possuem vínculo direto com um processo mapeado, mas que necessitam ser implementadas para adequação da ELETROS à LGPD e contemplam 59 ações, sendo que 49 já em andamento e/ou revisão.



As Ações Específicas são aquelas diretamente ligadas aos processos mapeados, e contemplam 79 ações e a prioridade de execução será dada de acordo com a classificação do risco do processo a ela vinculado, em avaliação.

A maioria dos fluxos de dados pessoais na ELETROS referem-se ao tratamento de dados pessoais de seus colaboradores, participantes/beneficiários e de fornecedores, legitimados predominantemente com a base legal na execução de contrato de trabalho, convênio ou benefícios e também cumprimento de obrigação legal, conforme art. 7º, inciso II e V da LGPD;

Eventuais alterações da LGPD, início da atuação da ANPD, contexto do mercado ou do próprio ambiente da ELETROS, poderão determinar a necessidade oportuna de revisão destas prioridades.

X.5 – Recomendações do Conselho Fiscal

Ao longo do cumprimento de seu programa de trabalho, o CFE identifica oportunidades de aperfeiçoamento de processos e controles, exarando recomendações à administração da Entidade, monitorando suas implementações.

Abaixo verifica-se as principais recomendações emanadas pelo CFE, bem como o status de atendimento:

Recomendação	Descrição	Origem	Status em DEZ/2020
2019-1	Plano BD / TAC	Manifestacao 2019	Ação Concluída
2019-2	Revisão do Equacionamento do Déficit do Plano BD de 2010/2011	Manifestacao 2019	Ação Concluída
2019-3	Cobranças às Patrocinadoras	Manifestacao 2019	Ação Concluída
2019-4	Plano de Assistência à Saúde Eletros-Saúde	Manifestacao 2019	Em andamento
2019-5	Aprimoramento dos controles internos	Manifestacao 2019	Em andamento
2019-6	Aprimoramento do Ambiente Eletrônico de Documentação do CFE	Manifestacao 2019	Ação concluída
2019-7	Programa de Integridade, Ética e Transparência na ELETROS	Manifestacao 2019	Ação concluída
2019-8	Segregação de Planos por CNPJ	Manifestacao 2019	Em andamento
2019-9	Reativação dos Comitês dos Planos BD, CD – Eletrobras e CV NOS	Manifestacao 2019	Ação concluída
2019-10	Cálculo das Cotas dos Planos/Perfis	Manifestacao 2019	Em andamento
2019-11	Segurança do Ambiente de Tecnologia da Informação	Manifestacao 2019	Ação concluída
2019-12	Recadastramento	Manifestacao 2019	Ação Concluída
2019-13	Cronograma de Encerramento e Divulgação das Demonstrações Contábeis	Manifestacao 2019	Ação concluída
2019-14	Aprimorar o suporte às atividades de fiscalização do CFE	Manifestacao 2019	Em andamento
2019-15	Amortização do vesting	Manifestacao 2019	Ação Concluída
2019-16	Mitigação de custos relativos à Sobrecarga Administrativa e Taxa de Administração do Ativo	Manifestacao 2019	Ação concluída
2019-17	Aprimoramento das informações de desempenho de cada uma das carteiras terceirizadas	Manifestacao 2019	Ação concluída
2019-18	Convênio com o INSS	Manifestacao 2019	Em andamento
2019-19	Prova de Vida	Manifestacao 2019	Ação Concluída
2019-20	Divulgação de Legislação e Documentos Normativos	Manifestacao 2019	Ação concluída
2020-02	Assinaturas Digitais	CFE 403	Ação concluída
2020-03	Esclarecimentos sobre dúvidas relativas à dispersão dos benefícios no Plano BD Eletrobrás	CFE 405	Ação Concluída
2020-05	Selo de Auto Regulação de Investimento	Acompanhamento da Inscrição	Ação Concluída
2020-08	Segunda conta para participantes efetuarem aportes extras	CFE 410	Em andamento
2020-09	Estudo de Fundo de Risco	CFE 411	Em andamento
2020-10	Acompanhamento dos Processos Judiciais	CFE 413	Em andamento
2020-11	Acompanhamento processos judiciais referentes ao plano BD		Em andamento

X.6 – Conclusão

Desta forma, tomando em conjunto as informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelo Relatório de Revisão sobre as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020 emitido pelos Auditores Independentes da Entidade e Relatório



Gerencial GRC sobre os processos da Eletros, os quais devem ser lidos em conjunto, o CFE entende que as informações existentes sobre Riscos, Controles Internos e Conformidade concernentes ao período abrangido, estão substancialmente reportadas, em seus aspectos relevantes, devendo ser considerada parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes, sendo certo que a gestão de riscos e controles internos é uma ação contínua com vistas ao seu aprimoramento constante.

XII. Denúncias relacionadas a Entidade

a. Canal de Denúncias da Entidade

A Entidade conta com um Canal de Denúncias terceirizado, operado pela empresa Resguarda do Brasil Serviços de Consultoria em Gestão de Riscos Ltda, sendo denominado Canal de Integridade da Eletros, tendo entrado em operação em fevereiro de 2020. Não houve registro de denúncias no Canal de Integridade da Eletros no ano de 2020.

b. Outras

Em 2020, foi instaurado o inquérito civil do Ministério Público do Trabalho - MPT 006907.2020.01.0/9, para apurar as condições de trabalho na Eletros em razão de denúncia relatando que os trabalhadores da FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS estariam trabalhando em local confinado (sem circulação de ar), sem o distanciamento social estabelecido pelos órgãos de saúde oficiais" diante da pandemia da Covid. Foram requisitados documentos, os quais foram submetidos à perícia de medicina e segurança do trabalho. O Laudo pericial de segurança do trabalho (Doc.n.º 352354.2020) indicou que a empresa demonstrou a adoção das medidas cabíveis para combate à pandemia, restando, porém, a apresentação de documentos relativos ao sistema de climatização de ar. O laudo de medicina do trabalho concluiu que as medidas de prevenção da COVID-19 estão sendo adotadas, conforme as recomendações do Ministério da Saúde (Doc n.º 050185.2021). Requisitados os documentos relativos à climatização, foram estes submetidos à perícia de segurança do trabalho, que, conforme laudo pericial n.º 121148.2021, atestou a adequação por parte da Eletros. A conclusão do MPT foi pela não confirmação dos fatos denunciados e constatação da regularidade da conduta da empresa.

Ademais, em 18/05/2021 a decisão transitou em julgado, com o consequente encerramento do procedimento.

XIII. Revisão do Equacionamento do Déficit do Plano BD 2010/2011

Em relação a recomendação de Revisão do Equacionamento do Déficit do Plano BD de 2010/2011, a Eletros recebeu no mês de março de 2020 a aprovação da SEST quanto ao plano de equacionamento proposto, estando em curso a sua implementação, desde em abril de 2020, sendo importante destacar que há ação judicial movida pela Associação de Aposentados da Eletrobras - APEL, ajuizada em 06/02/2020.



XIV. Documentos de Referência (Analisados) no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020:

- Legislação e normativos citados.
- Relatórios de Investimentos.
- Memorando DF/GIN 004/2021.
- Relatório Gerencial de Controles Internos.
- Relatório de Recomendações sobre os Controles Internos – KPMG.
- Relatório sobre as Demonstrações Contábeis – KPMG.
- Balancetes dos Planos de Benefícios e do PGA.
- Política de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA.
- Pareceres Atuariais.
- Testes de Aderência de Hipóteses Atuariais e Taxas de Juros.
- Memorando DB/ACB 009/2020.
- Previsão Orçamentária.
- Relatórios de Acompanhamentos Orçamentários e Memorandos de Justificativas que compõem os Relatórios trimestrais respectivos.
- Atas dos Comitês Temáticos.
- Atas com as Deliberações do Conselho Deliberativo.
- Atas com as Resoluções de Diretoria Executiva.
- RAI – Relatório Anual de Informações – Eletros/2020.
- Memorando DB/ACB 003/2021

XV. Manifestação do CFE

Em cumprimento ao que determina a Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, o Conselho Fiscal da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS, com base nas verificações e análises efetuadas no desempenho de seu programa de trabalho, analisando a documentação de referência, observado o conteúdo do presente Relatório, manifesta-se que o modelo de governança da ELETROS está adequado ao proposto CGPC, e que as melhorias advindas do avanço da legislação, por parte dos órgãos reguladores, bem como práticas de mercado, vêm sendo implementadas continuamente, registrando que:

1. Este Conselho vem acompanhando sistematicamente a execução das estratégias aprovadas pelo Conselho Deliberativo, e o cumprimento da Política de Alçadas de Investimentos. É realizada análise de observância dos eventos estimados e ocorridos para o período, tendo como referência as premissas e hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais.
2. A execução orçamentária é acompanhada mensalmente, cujo resultado demonstra que a Entidade vem cumprindo o planejamento orçamentário aprovado pelo Conselho Deliberativo.

A ELETROS, em atendimento à legislação vigente, busca continuamente a qualificação de seus dirigentes, gestores e colaboradores, e, dos membros dos comitês de investimentos. Na data base em análise a Eletros tinha cerca de 62% certificados, conforme permitido pela Legislação. Os Conselheiros que não estavam certificados em 31.12.2020 encontram-se dentro do prazo limite de até 1 (um) ano da sua nomeação para serem certificados. Em função da crise do COVID 19, a PREVIC emitiu a Instrução 28/2020 de 19/05/2020, publicada em 20/05/2020,





em função do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20/03/2020, conforme transcrito a seguir:

"Art. 1º Ficam prorrogados por noventa dias após o término da vigência do estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020:

I - o prazo para apresentação dos certificados emitidos por instituição autônoma certificadora que tiverem a validade expirada no período de vigência do estado de calamidade pública; e

II - o prazo de obtenção da certificação das pessoas relacionadas nos incisos I, II e III de que trata o §1º do artigo 5º da Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015.

Parágrafo único. O disposto no inciso II deste artigo não se aplica ao AETQ e demais empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos, para os quais são exigidos certificação prévia ao exercício dos respectivos cargos."

Posteriormente, a PREVIC publicou a Instrução nº 38 em 24/03/2021 prorrogando o prazo para 31/07/2021 para apresentação e obtenção de certificado emitido por instituição autônoma certificadora, à exceção do AETQ e empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores, a quem são exigidos certificação prévia, o que é observado pela ELETROS.

3. Este Conselho acompanha as ocorrências de riscos, conforme resultado do monitoramento apresentado pela área de Controle – Gestão de Riscos e Compliance (GRC) e Auditores Independentes.
4. Os resultados dos Indicadores de Gestão do Plano de Gestão Administrativa - PGA, aprovados para 2020, estão enquadrados nos limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo.
5. O resultado da auditoria independente e das patrocinadoras, bem como as informações de implementação das recomendações apresentadas nos relatórios gerados pelos auditores foi acompanhado por este Conselho, nas reuniões mensais.
6. O estudo para revisão do equacionamento de déficit dos Planos de Benefícios BD 2010/2011 foi realizado com base em manifestação da Consultoria atuarial do Plano, com Parecer Jurídico externo, chancelado pela Gestão Jurídica da ELETROS e pela ACB da ELETROS, aprovado pelo Conselho Deliberativo e pelas patrocinadoras, encontrando-se implantado em abril/2020.

Além disso, o Conselho Fiscal efetua recomendações e acompanha o andamento dos atendimentos, conforme pode ser observado no item X.6.

Deve ser ressaltado, em relação à pandemia do SARS-COV2 – COVID 19, vivenciada no ano de 2020, em que pese o triste número de mortes observadas, em especial, no universo de participantes do Plano BD-ELETROBRÁS fato que, apesar das condições adversas, manteve os resultados próximos aos projetados nos cálculos atuariais. Neste sentido, a presente Manifestação deve ser lida em conjunto com os demais documentos institucionais da Entidade, tomando em conta o cenário de incerteza decorrente da Pandemia do SARS-COV2 – COVID-19.



As informações apresentadas neste Relatório, complementadas pelos documentos de referência, os quais devem ser lidos em conjunto, devem ser considerados como parte do processo de tomada de decisão pelos usuários das informações da Entidade, contudo não devendo se limitar a estes.

Esta manifestação deverá ser levada ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem caberá decidir sobre as providências que, eventualmente, devam ser adotadas.

Deverá, ainda, permanecer na Entidade à disposição da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e disponibilizada as partes interessadas no site da Eletros.

XVI. Glossário de Termos:

ACB – Assessoria Atuarial e Controladoria de Benefícios

AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais;

APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais;

BD ELETROBRÁS – Plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.

CD ELETROBRÁS – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por Plano CD ELETROBRÁS PURO e Plano CD SALDADO (BPDS).

CD CERON – Plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON.

CV ONS – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

CV EPE – Plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

CDE – Conselho Deliberativo da ELETROS;

CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).

CFE – Conselho Fiscal da ELETROS;

DEE – Diretoria Executiva da ELETROS;

DF – Diretoria Financeira;

DB – Diretoria de Benefícios;

EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar

ICSS – Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social;

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;



PGA – Plano de Gestão Administrativa;

Plano CD Puro Consolidado -refere-se ao Plano CD Puro e seus perfis de investimento;

Plano CV ONS Consolidado -refere-se ao Plano CV ONS e seus perfis de investimento;

Plano CV EPE Consolidado - refere-se ao Plano CV EPE e seus perfis de investimento;

PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar;

XVII. Assinaturas

Ailton Andrade

Presidente do Conselho Fiscal

Alessandra Lemos de Souza

Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro

João Vicente Amato Torres

